

## APRECIÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE

*Raquel Breitenbach<sup>1</sup>*

Co-Autora: *Neiva M. M. dos Santos Baréa<sup>2</sup>*

### RESUMO

O termo desenvolvimento é foco de muitas discussões no meio acadêmico devido as diferentes concepções em seu entorno. O termo pode ser entendido apenas como crescimento econômico, assim como, pode englobar variáveis sociais, ambientais e culturais. Neste sentido, para realização de projetos de intervenção é necessário, além de conhecer a realidade do meio onde vai ser aplicado o projeto, ter consciência de qual modelo de desenvolvimento que se pretende seguir. O presente trabalho tem como objetivo avaliar criticamente o método utilizado num projeto de extensão rural, o qual está sendo desenvolvido por uma instituição, e posteriormente analisar esse método/projeto a luz da teoria do desenvolvimento sustentável. Para que isso fosse possível tomou-se conhecimento das particularidades de um projeto de desenvolvimento rural selecionado, através de acesso a relatórios e entrevista com os participantes do mesmo. Em seguida, analisou-se o projeto em questão a luz da concepção de sustentabilidade. O objeto de estudo foi um projeto desenvolvido pela UERGS que visa a implantação de uma agroindústria de vassouras para melhoria das condições financeiras de agricultores da Localidade Barro Preto, município de São Luiz Gonzaga-RS. O projeto foi intitulado: "Cuidar de Gente e do Meio Ambiente: A Produção e Comercialização de Vassouras na Localidade Barro Preto como Alternativa". Constatou-se que o projeto analisado tem características compatíveis com os princípios da sustentabilidade, principalmente no que diz respeito aos seus aspectos sociais, ambientais e culturais. Já os aspectos econômicos não puderam ser analisados devido a não disponibilidade de dados.

**Palavras-chave:** desenvolvimento rural, sustentabilidade, agroindústria.

---

<sup>1</sup> Pós Graduação em Extensão Rural - Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria.  
semprequeu@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Pós-Graduação em Geografia - Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. neivabarea@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Os projetos de extensão rural, na maioria das vezes visam, prioritariamente, o desenvolvimento de localidades rurais e a possibilidade das famílias nela inseridas se reproduzirem. Podem ser adotados diferentes métodos para promover o desenvolvimento rural, como o método sistêmico, participativo e difusionista. É nesse sentido, que o presente trabalho tem como objetivo avaliar criticamente o método utilizado num projeto de extensão rural que está sendo desenvolvido por uma instituição e analisar esse método/projeto a luz da teoria do desenvolvimento sustentável.

O projeto a ser analisado está intitulado como: Projeto de Produção e comercialização de vassouras como fonte de renda e sustentabilidade na agricultura familiar – "Cuidar de Gente e do Meio Ambiente: A Produção e Comercialização de Vassouras na Comunidade Barro Preto como Alternativa". Esse projeto está sendo desenvolvido por alunos e professores da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), unidade de São Luiz Gonzaga, que conta com o apoio técnico da EMATER e tem como local de atuação a comunidade rural de Barro Preto desse mesmo município.

A idéia principal do presente trabalho é analisar criticamente a experiência selecionada, de forma que o método utilizado no projeto de extensão seja adequadamente definido, problematizando quanto a seus impactos sobre o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, buscar-se-á descrever as experiências, caracterizando a instituição promotora, identificando o local de realização da experiência, bem como, assinalar a situação problema inicial e as estratégias formuladas pelos agentes para resolução dessa situação. Posteriormente será feita uma descrição sistemática das ações já desenvolvidas e dos resultados já alcançados, sob uma visão dos agentes. A partir disso, buscaremos identificar o enfoque teórico-metodológico ao qual a experiência mais se aproxima, analisando de forma crítica. Por fim, buscar-se-á analisar o ambiente e as modificações que um projeto desse tipo podem causar, relacionando com a concepção de desenvolvimento sustentável.

## 2 A INSTITUIÇÃO

O projeto analisado é fruto de parceria entre instituições que tem relação com o desenvolvimento rural de um modo geral. A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS em sua unidade no município de São Luiz Gonzaga foi a principal proponente do trabalho, através de acadêmicos do 5º semestre do Curso Superior de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, na disciplina de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários Regionais. Da mesma forma, o papel da EMATER/ASCAR local também foi de grande importância, tanto na elaboração como na execução das tarefas.

A Universidade caracteriza-se por ser uma entidade de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo que a extensão nem sempre é feita de maneira sistemática, mas sim com atividades pontuais. Por outro lado, a EMATER/ASCAR é um órgão, vinculado ao Estado, e que tem por incumbência executar ações de desenvolvimento rural delimitadas pelo Governo.

Os cursos da UERGS em São Luiz Gonzaga são relacionados a área rural e tiveram seus programas desenvolvidos com base em conceitos que vem sendo muito discutidos na atualidade, como é o caso da sustentabilidade, do desenvolvimento local, economia solidária e métodos participativos em geral. A análise desse projeto/experiência poderá servir como um método avaliativo do alcance desse "novo modelo educativo".

### **3 IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL ONDE SE REALIZA A EXPERIÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA INICIAL**

O projeto de desenvolvimento rural aqui analisado é fruto de várias ações subseqüentes. Primeiramente foi realizado o estudo diagnóstico da realidade dos agricultores familiares da localidade de Barro Preto.

As investigações preliminares foram feitas através do método de Análise Sistêmica. Durante os meses de abril a julho de 2004, foi realizado um diagnóstico sócio-econômico e ambiental na comunidade rural *Barro Preto*, interior do município de São Luiz Gonzaga no Estado do Rio Grande do Sul. Este diagnóstico foi realizado por acadêmicos do 5º semestre do *Curso Superior de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial*, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Unidade São Luiz Gonzaga, no Componente Curricular *Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários Regionais*.

As etapas seguidas para a realização da análise e diagnóstico da comunidade de Barro Preto foram: a) Análise do Sistema Agrário; b) Análise dos mapas e estudos já existentes; c) Leitura da paisagem; d) Resgate histórico; e) Zoneamento agroecológico; f) História do sistema agrário; g) Pesquisa de campo; h) Caracterização e análise dos sistemas de produção; i) Dimensão agrônômica, econômica e social; j) Quantificação dos sistemas de produção; l) Representatividade dos tipos de sistemas de produção; m) Síntese final do diagnóstico e; n) Proposta de desenvolvimento rural.

O objetivo principal dessa etapa era dar aos estudantes uma noção da realização de análises sistêmicas. As etapas que foram desenvolvidas com todos os alunos se concentraram na aplicação dos questionários e no conhecimento da localidade. Esse trabalho permitiu um conhecimento profundo da localidade onde seria executado o projeto.

Com isso, constatou-se que a localidade era composta basicamente por pequenas propriedades, em geral descapitalizadas, com atividades de baixo valor agregado e baixa lucratividade, o que limitava as condições de vida dos produtores rurais.

Posteriormente, os proponentes do projeto buscaram relacionar as condições da localidade com as necessidades exigidas para a concretização do projeto de desenvolvimento rural, que visava a implantação no local de uma agroindústria de vassouras.

Com isso, perceberam que, de acordo com o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado do Rio Grande do Sul - Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1994), a cultura do Sorgo "Vassoura" é considerada "Preferencial" para o Município de São Luiz

Gonzaga, o qual está contido entre os municípios que apresentam as melhores condições climáticas para a cultura dentro do Estado.

Soma-se a isso o fato de que a Localidade Rural de *Barro Preto*, São Luiz Gonzaga, apresenta propensões ao associativismo e uma freqüência na busca por informações com relação às produções, estando consciente dos altos índices de utilização de agrotóxicos e dos potenciais problemas que isso pode acarretar. A implantação de uma agroindústria associativa de vassouras poderia vir a constituir-se em uma alternativa de produção, capaz de gerar emprego e renda para os agricultores. A cultura do Sorgo "Vassoura" não exige grandes áreas e não é tão suscetível à doenças e pragas, tornando-se viável para pequenas propriedades e, conseqüentemente, diminuindo a necessidade do uso de agrotóxicos.

Como na localidade predomina o plantio baseado na aração do solo e utilização da tração animal, onde as propriedades possuem uma extensão média territorial inferior a dez hectares, fica praticamente inviável a produção baseada em monoculturas anuais, dada à baixa escala de produção.

Uma associação para a formação de uma Agroindústria de Vassouras de Palhas torna-se uma boa alternativa para a localidade, ao necessitar poucas áreas de terra para a produção de matérias-primas e demandar mão-de-obra, que atualmente existe ociosa no local. Com isso, pode-se diminuir a saída de agricultores da localidade, contribuindo para a diminuição do êxodo rural e, considerando a baixa escolaridade da população, a ocorrência de desemprego ou subemprego nas cidades.

Por outro lado, a vassoura de palha é bastante utilizada na região e é "biodegradável", ou seja, não agride o meio ambiente, ao contrário das vassouras que constituem-se de materiais de difícil dissolução, como por exemplo, o plástico.

Uma pesquisa realizada por alunos da UERGS junto a estabelecimentos comerciais no município de São Luiz Gonzaga, no ano de 2004, revela um consumo de 600 vassouras por mês, na época adquiridas de fornecedores de fora da região. Um contato inicial com estes comerciantes também revela o interesse destes em adquirir produtos produzidos no município de São Luiz Gonzaga, a partir de uma conscientização pela promoção de um desenvolvimento endógeno, valorizando as potencialidades locais.

#### **4 ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE INTERVENÇÃO, SUBMISSÃO À ENTIDADES FINANCIADORAS E RESULTADOS**

O objetivo principal do projeto de extensão era sensibilizar e capacitar a comunidade rural de "Barro Preto" para uma nova alternativa de geração de renda, fortalecimento e qualificação da agricultura familiar e da cadeia produtiva de Vassouras de Palha na localidade, contemplando as questões sociais, econômicas e ambientais contribuindo na promoção de uma economia solidária para um desenvolvimento local sustentável.

O projeto visou também capacitar a equipe de atuação; sensibilizar e capacitar a localidade para o trabalho solidário como alternativa de renda com sustentabilidade ambiental; capacitar a localidade para a produção e comercialização de vassouras, aumentando a agregação

de valor sobre o produto; incentivar os produtores a produzirem de forma agroecológica, visando a qualidade de vida e do ambiente; e gerar renda para a mão-de-obra local.

O projeto foi financiado pelo Prêmio Banco Real Universidade Solidária, pelo projeto na área de Extensão, no valor de R\$ 20 mil. Tanto os promotores do projeto indicam como é visível, a importância que o prêmio em dinheiro teve para que o projeto fosse viabilizado.

Esse projeto é visto pelos professores e alunos da instituição como uma oportunidade de comprovar o papel da Universidade, mostrando seu potencial para o desenvolvimento socioeconômico da região. Ao ser aprovado e receber o prêmio, a Uergs iniciou as atividades na localidade, com o acompanhamento, através de relatórios e de avaliações feitas pela equipe técnica da UniSol.

Após a implantação do projeto, encontros são realizados na localidade do Barro Preto com as famílias envolvidas no projeto, para avaliar o que está representando este trabalho da UERGS para cada um dos agricultores na busca da sustentabilidade, entendida em suas dimensões econômica, social e ambiental.

A partir da análise tanto do projeto quanto dos poucos relatórios que tivemos acesso, mais o depoimento de alguns envolvidos, podemos observar que os objetivos iniciais estão sendo alcançados. Uma vez que a maioria das atividades previstas foram realizadas. Por outro lado, nota-se um limitante muito claro que é o abandono do projeto por alguns alunos que concluíram o curso de DRGA, que por motivos diversos viram-se impossibilitados de continuarem participando.

## **5 ANÁLISE CRÍTICA DA EXPERIÊNCIA À LUZ DO REFERENCIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O atual modelo brasileiro de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. Por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura e, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável, que busca conciliar o desenvolvimento econômico, com o bem estar social e a preservação ambiental. O objetivo desse novo modelo seria desenvolver em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência).

A autora Mendes (2005) acredita que isso tudo seja possível, e é exatamente o que propõem os estudiosos em Desenvolvimento Sustentável. Mas, para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, essa autora coloca que a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente. Nesse sentido apresenta a diferença entre crescimento e desenvolvimento. O *crescimento* não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser

o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O *desenvolvimento*, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração a qualidade ambiental do planeta.

Seguindo essa linha, a autora apresenta seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas do desenvolvimento sustentável:

- A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc);
- A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc);
- A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios);
- A efetivação dos programas educativos.

Na tentativa de chegar ao DS, essa autora acredita ser a Educação Ambiental uma parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas que é a participação da população.

Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80, Gelli (2003) traz algumas necessidades básicas que devem ser sanadas para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não- equilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se.

A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, de 1987, pode-se perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade

econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. É preciso frisar ainda a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na forma de ONGs (Organizações Não-Governamentais), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências.

Segundo o Relatório Brundtland, uma série de medidas devem ser tomadas pelos Estados nacionais: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas. No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, Gelli (2003) afirma ser necessário uma nova forma de se produzir sem trazer prejuízos ao meio ambiente e à sociedade em geral, deve se estender a todos os níveis da organização, para que depois seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente. Em seguida, é necessário que se crie, entre os membros da empresa, uma cultura que tenha os preceitos de DS como base. O passo final é a execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a este preceito. Desse modo, fica claro que não se deve implementar estratégias de desenvolvimento sustentável de uma só vez, como uma revolução, mas como uma evolução.

Por outro lado, realizar um programa de DS exige um alto nível de conscientização e de participação tanto do governo e da iniciativa privada como da sociedade. Para tanto, não se deve deixar que estratégias de tal porte e extensão fiquem à mercê do livre mercado, visto que os danos que se visam resolver são causados justamente pelos processos desencadeados por um modelo de capitalismo que aparenta ser cada vez mais selvagem e desenfreado. Por isso, o desenvolvimento sustentável coloca na berlinda o modelo de produção e consumo ocidentais, que ameaça o equilíbrio do planeta. Além disso, se preocupa com os problemas de longo prazo, enquanto o atual modelo de desenvolvimento fundado em uma lógica puramente econômica se centra no "aqui e agora".

O uso da terminologia desenvolvimento sustentável teve sua raiz na Conferência Mundial de Meio Ambiente de 1972, em Estocolmo. Daí em diante o termo tem sido repetido

continuamente, sendo fato que na ECO - 92 foi empregado em "onze de seus vinte e sete princípios".

Conforme Gelli, a construção de indicadores de DS no Brasil integra-se ao conjunto de esforços internacionais para concretização das idéias e princípios formulados na *Agenda 21* da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões.

Não deixa de ser um progresso a tomada de consciência, embora tardia, quanto à necessidade de preservação ambiental. É positiva a iniciativa de pôr freios ao desenvolvimento depredador da natureza, destacando o fato concreto de que o destino da própria humanidade encontra-se ameaçado em virtude dessa prática irresponsável (CABETTE, 2004).

Esse autor complementa ao colocar que quando se fala em DS deve-se ter clara essa noção de que uma verdadeira mudança de paradigma se impõe, inclusive superando o próprio significado literal e usual das palavras. Sem essa guinada radical, a expressão enfocada passa a fazer parte de um palavrório estéril que nada de revolucionário comporta e não pode contribuir efetivamente para a conformação de um novo modelo sócio – econômico voltado para princípios ecológicos de respeito à natureza.

É nesse sentido que Tomé (2005), traz uma breve contribuição acerca da Agenda 21 e o que esta representa no contexto aqui discutido que é o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 Brasileira tem por objetivo definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o país, a partir de um processo de articulação e parceria entre o governo e a sociedade. Nesse sentido, o processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira vem sendo conduzido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), a partir de critérios e premissas específicas, que privilegiam uma abordagem multisetorial da realidade brasileira e um planejamento a longo prazo do desenvolvimento do país. A metodologia de trabalho para a Agenda 21 Brasileira selecionou as áreas temáticas que refletem a nossa problemática sócio-ambiental, e definiu a necessidade de proposição de novos instrumentos de coordenação e acompanhamento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

A escolha dos seis temas centrais da Agenda 21 Brasileira foi feita de forma a abarcar a complexidade do país, dos estados, municípios e regiões dentro do conceito da sustentabilidade ampliada, permitindo planejar os sistemas e modelos ideais, que seriam:

- Para o campo, através do Tema Agricultura Sustentável;
- Para o meio urbano, com as Cidades Sustentáveis;
- Para os setores estratégicos de transportes, energia e comunicações, questões-chave do Tema Infra-estrutura e Integração Regional;
- Para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais, o tema Gestão dos Recursos Naturais;
- Para reduzir as disparidades sociais, o tema Redução das Desigualdades Sociais;
- Para a Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

Pensar em DS, requer refletir sobre qualidade de vida. Muitas pessoas traduzem qualidade de vida como quantidade de produtos a serem consumidos e acumulados pelos indivíduos. Ao mesmo tempo comparam a natureza a um grande supermercado, onde os produtos estão dispostos para serem tomados, independentemente de suas características e possibilidades de renovação, e de sua articulação com os demais itens nas outras prateleiras (TOMÉ, 2005).

No entanto, percebe-se, hoje, com mais clareza, que não existe espaço suficiente no planeta para abrigar todo o resíduo das atividades humanas. Esse resíduo, conhecido simplesmente como lixo, é o resultado de produção e consumo desenfreados, em nome de tecnologia, conforto e bem estar do ser humano. No entanto, começamos a nos defrontar com um grande problema, nem os princípios da reciclagem: reduzir, reutilizar e reciclar, se fossem bem seguidos, poderiam nos livrar do problema do lixo. É preciso, segundo essa autora, refletir não somente nesses três importantes princípios, mas também em não gerar lixo.

Além disso, também temos o problema de esgotamento da biodiversidade, e degradação dos recursos naturais, solo e água, em nome do crescimento populacional e conseqüentemente, expansão das fronteiras agrícolas, para sustento da população. Apesar do desenvolvimento sustentável ser tema de indiscutível importância, Tomé acredita que fala-se muito e pratica-se muito pouco.

No que se refere a agricultura, neste enfoque econômico, resumidamente, o desenvolvimento das agriculturas tradicionais foi considerado como a simples transferência do modelo de modernização agrícola dos países do Primeiro Mundo. O fracasso deste enfoque de desenvolvimento, surgido nas décadas de cinquenta e sessenta, produz reducidos resultados, sobretudo para satisfazer as necessidades básicas da grande maioria da população dos países considerados subdesenvolvidos. Este período desenvolvimentista provoca amplo debate a respeito do tema desenvolvimento rural e faz surgir, no início dos anos setenta, uma nova orientação de desenvolvimento denominado de "Crescimento com Equidade". O novo enfoque seria integrado, sistêmico. Surgindo, assim, o Desenvolvimento Rural como modelo de desenvolvimento e como disciplina acadêmica (CAPORAL, 1998).

Atualmente, em razão dos limitados resultados produzidos pela aplicação da concepção de crescimento na promoção do desenvolvimento rural, o conceito de desenvolvimento passou a ser visto de forma mais ampla e abrangente. Enquanto crescimento econômico tem como significado a ampliação da base produtiva, desenvolvimento, por sua vez, deve ser considerado como sendo um processo complexo que abrange aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais, tecnológicos e éticos.

Nesse sentido, atividades agropecuárias e de agregação de valor no meio rural como é o caso das agroindústrias, vêm sendo submetidas a cobranças no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Instituições de pesquisa e extensão, como as universidades e Ematers, por exemplo, vêm, seguidamente, fazendo parcerias no sentido de desenvolver projetos que contemplem a sustentabilidade como norteadora do processo. Dessa forma, os

projetos contemplam atividades que buscam ser economicamente viável, ambientalmente corretas, socialmente justas e culturalmente aceitas. Para isso, o método participativo possui um papel muito importante, por ser um dos métodos mais eficientes no sentido de envolver e incentivar a participação dos agricultores no desenvolvimento rural local.

Nesse sentido, ao analisarmos o projeto desenvolvido pela Uergs de produção e comercialização de vassouras como fonte de renda e sustentabilidade na agricultura familiar – "Cuidar de Gente e do Meio Ambiente: A Produção e Comercialização de Vassouras na Localidade Barro Preto como Alternativa" – que se trata de um projeto com método que mais se aproxima do método participativo, embora algumas ações sejam meramente difusionistas, ele busca, de uma maneira simples e um pouco superficial, desenvolver a localidade de uma forma sustentável.

Mesmo os promotores tendo apresentado o projeto a localidade de uma forma impositiva, procuraram deixar os agricultores a vontade para manifestar suas opiniões e não forçando a participação e o envolvimento no projeto. A turma conseguiu que os agricultores se voluntariassem a participar do projeto, compreendendo que diante da crítica situação econômica que estavam enfrentando, esse projeto viria como uma forma de complementação da renda das famílias. Nesse sentido, acreditamos que o critério "socialmente justo" estaria sendo cumprido, pois não ficariam excluídos do processo agricultores dispostos a participar e nem forçaria a participação dos não dispostos. Cabe destacar ainda, que o projeto está atendendo as famílias mais necessitadas da Localidade. Além do mais, com a implantação do projeto, não ocorrem processos de exclusão e, muito menos, externalidades negativas que viessem prejudicar a sociedade em geral.

No que se refere ao critério "culturalmente aceito", acreditamos estar sendo parcialmente atendido. Como a fabricação de vassouras já era uma atividade desenvolvida por alguns agricultores (de forma artesanal e sem fins lucrativos), não seria uma atividade que representasse grande novidade e que não estivesse presente na cultura dos agricultores. Sendo esta, uma atividade, geralmente, passada de pai para filho e melhor dominada pelos agricultores mais velhos. Por outro lado, para os agricultores que não tinham essa atividade integrada na propriedade, pode ser um desafio, por exigir uma aprendizagem e, portanto, um esforço maior. Além disso, como os agricultores não destinavam parte de sua área para o plantio do sorgo, isso agora se torna necessário, o que faz com que estes destinem uma parte da área (pouca por sinal) para essa atividade. Tendo também, que aprender as técnicas de plantio, e de tratos culturais, como o plantio direto que não era utilizados na maioria das propriedades.

Nesse sentido, a ação dos técnicos e do grupo responsável por essa área, torna-se uma ação um pouco difusionista, pois os alunos vão até a propriedade "ensinar" a "melhor forma" de se fazer o plantio, a classificação das plantas, etc., muitas vezes desconsiderando o conhecimento acumulado dos agricultores, que além de conhecer suas lavouras, também possuem a experiência, a prática do trabalho agrícola. Esse "empecilho" é anulado pela vontade dos agricultores em aprender e fazer da melhor maneira possível, acreditando nessa nova atividade como uma alternativa rentável.

Quanto ao critério de economicamente viável, apenas possuímos os cálculos do projeto, o qual mostra ser uma atividade significativamente rentável, mas não possuímos dados da prática para afirmarmos se está sendo economicamente viável.

No que se refere aos aspectos ambientais, pode-se dizer que o projeto respeita. O plantio direto, combinado com práticas mecânicas que não agridem o meio, adubações orgânicas e uma agroindustrialização (a fabricação das vassouras) que não gera resíduo. Portanto sem externalidades negativas, são fatores que demonstram a responsabilidade com o meio ambiente, baseada numa interação harmônica e de trocas positivas.

A partir dessas observações, podemos concluir que se trata de um projeto que se aproxima de um projeto de desenvolvimento sustentável, e uma forma de se aproximar ainda mais seria desenvolver de melhor forma o método participativo, no qual a relação entre técnico e agricultor seja de forma mais próxima, respeitando o conhecimento acumulado dos agricultores que é consideravelmente válido. Essa necessidade se dá principalmente nos aspectos mais técnicos, como é o caso dos tratos culturais do plantio do sorgo – matéria-prima para a fabricação das vassouras – uma vez que fica a impressão de que o método utilizado é totalmente difusionista.

## **6 CONCLUSÃO**

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente, constata-se que o processo de intervenção para o desenvolvimento rural sustentável é de extrema complexidade. Isto se refere às várias metodologias possíveis de serem empregadas nas diversas etapas do trabalho, para não perder o enfoque da sustentabilidade.

Observa-se nesse breve relato de experiência, que teve na primeira etapa a análise e diagnóstico da localidade Barro Preto, uma atividade com enfoque sistêmico. A partir do enfoque sistêmico os estudantes e professores identificaram as dificuldades da localidade e sugeriram a agroindústria de vassouras como uma alternativa para superar os entraves. Posteriormente, com o projeto em mãos, os promotores apresentaram-no a localidade, onde se definiram, com base no interesse, os agricultores que iriam participar. Então, as atividades direcionaram-se de uma maneira participativa, buscando identificar, juntamente com os agricultores, as potencialidades, as limitações, as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças. Para essa atividade, foram utilizadas metodologias características do enfoque participativo, como é o caso da visualização móvel (tarjetas).

Já no que se refere às ações práticas, das técnicas de cultivo do sorgo, são de caráter difusionista. Nesse sentido, também se incluem os cursos ministrados em parceria com o SENAR, que se caracteriza por ser totalmente difusionista.

Nesse caso em particular a Uergs caracteriza-se por desenvolver atividades de desenvolvimento rural baseadas, principalmente, no enfoque sistêmico, porém, nota-se que esse enfoque não se apresentou como eixo principal das atividades do trabalho. Pois através

da participação das instituições parceiras, que viabilizaram a execução do projeto, os métodos precisaram se adequar a cada uma delas (Emater e SENAR).

Portanto, cabe aos formuladores das propostas de desenvolvimento rural definir, através do bom senso, o enfoque metodológico a ser utilizado em cada etapa, de modo que cada vez mais os resultados desejados sejam alcançados. E neste caso, projetos de desenvolvimento rural, sob a ótica da sustentabilidade, são praticas possíveis de serem concretizadas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275p.
- ARMANDO, C.; LAFRAYA, S.; LOBILLO, J.; SOTO, P.; RODRIGO, C.: **Los métodos del diagnóstico rápido e participativo**. Rincón de Ademuz, Valencia, Espanha, 1998.
- BATALHA, Mario Otavio. **Gestão agroindustrial**. v.1. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CABETTE, E. L. **É sustentável a tese do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.lo.unisal.br/nova/bioeticadir/arquivos/textoetica.doc>>. Acesso em: 01 set. 2006.
- CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector publico ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 2v. Tese (Doutorado) – Programa Agroecologia, Campesinato e História, ISEC, ETSIAN, Universidade de Córdoba, Córdoba.
- CORRÊA Altair A. M. **Produtividade e sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.cnps.embrapa.br/search/planets/coluna17/coluna17.html>>. Acesso em: 27 out. 2005.
- GELLI, G. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm>>. Acesso em: 01 set. 2006.
- LISISTA, F. O., **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Disponível em: <[www.cpap.embrapa.br/publicações/online/ADM077](http://www.cpap.embrapa.br/publicações/online/ADM077)>. Acesso em 02 set. 2006.
- MANZANO, Airton. **Porque agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www21.sede.embrapa.br/noticias/artigos>>. Acesso em: 17 out. 2005.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L.; **História das agriculturas do mundo: do neolítico a crise contemporânea**. Instituto Piaget. Lisboa. Portugal, 1997/1998. 520p.
- MENDES, M. C. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <[educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt2.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html)>. Acesso em: 01 set. 2006.
- TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2.ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- TOMÉ, V. F. **Desenvolvimento sustentável é mito?** Disponível em: <[http://www2.petrobras.com.br/meio\\_ambiente/portugues/desenvolvimento/des\\_index.htm](http://www2.petrobras.com.br/meio_ambiente/portugues/desenvolvimento/des_index.htm)>. Acesso em: 01 set. 2006.
- VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.